

Campus

Jornal do Departamento
de Comunicação da UnB

Nº 50 Primeira Quinzena
Junho 83

Água Limpa, Rádio MEC, Autocrítica

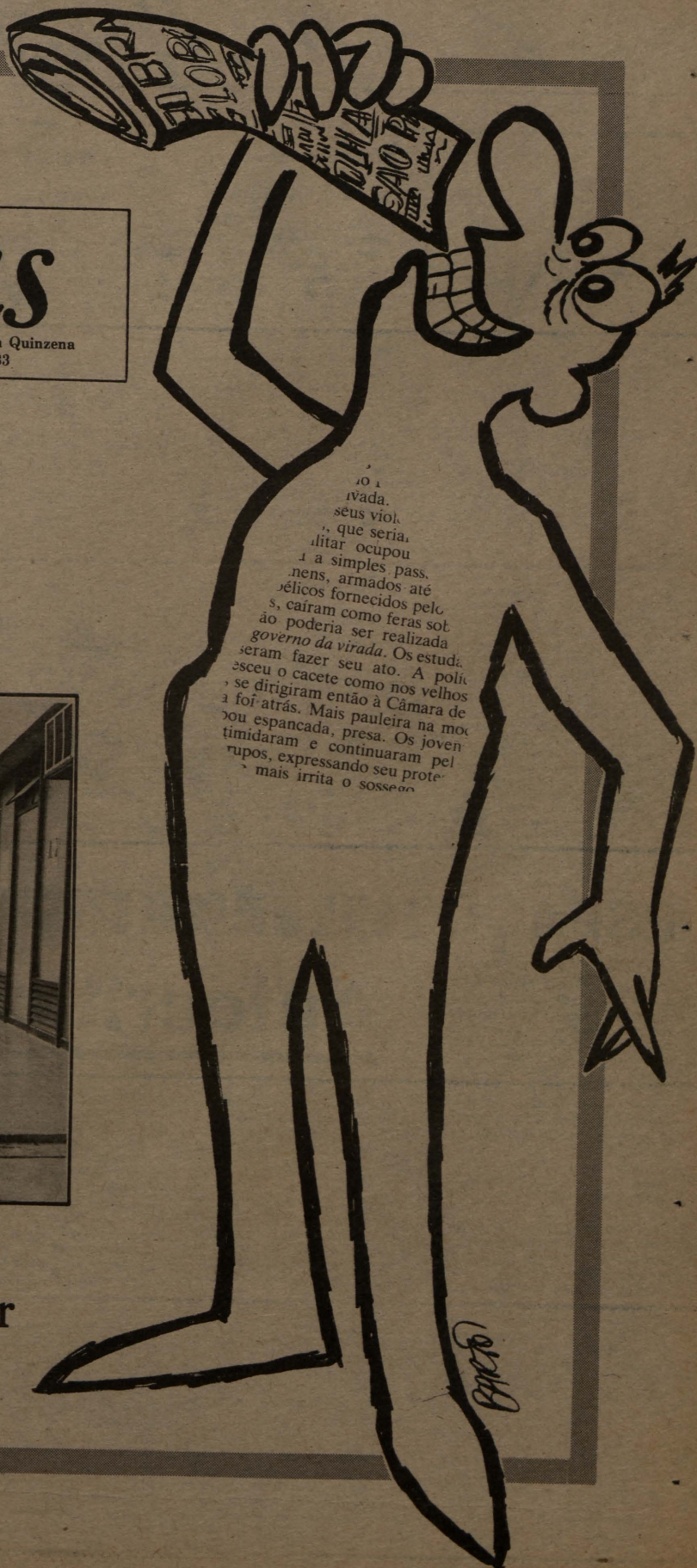
(Leia nesta edição)



Marcelo Villares

Desta vez, a
Expoarte foi ao ar

(Página 10)



ivada.
seus viol.
que seria.
ilitar ocupou
a simples pass.
nens, armados até
élicos fornecidos pelo
s, caíram como feras sot
ão poderia ser realizada
governo da virada. Os estud.
seram fazer seu ato. A polí.
esceu o cacete como nos velhos
se dirigiram então à Câmara de
a foi atrás. Mais pauleira na moc
ou espancada, presa. Os joven
timidaram e continuaram pel
rupos, expressando seu prote
mais irrita o sossego

Universidade pode ser saída para a Rádio MEC

Frequência de 800 kilohertz, 30 kilowatts de potência, ondas médias, Rádio MEC-Brasília. Fora do ar por mais algum tempo até que sejam tomadas providências para produzir localmente sua programação. No ar, por enquanto, apenas discretos sinais de entendimen-

to entre a Universidade de Brasília e o Ministério de Educação e Cultura para assinatura de um acordo que permita a ocupação de um espaço no horário de programação da Rádio.

"A idéia, que é muito simples", explica o professor Ubirajara da Silva, do Departamento de Comunicação da UnB, "consiste em transmitir do Campus para o Setor Militar Urbano, onde ficam localizados os transmissores de ondas médias da Rádio MEC, uma programação produzida pelos alunos dos Departamentos de Comunicação e de Métodos e Técnicas, para de lá ser espalhada pela cidade. Os alunos de Engenharia Elétrica se encarregarão de prestar toda assistência técnica necessária ao bom funcionamento da Rádio".

"SITUAÇÃO PROVISÓRIA"
Desde 28 de Abril, quando foram demitidos 20 funcionários — entre sonoplastas, locutores e jornalistas — a Rádio MEC passou a repetir os sinais da Rádio MEC-Rio. "Essa situação é provisória", diz o professor Aluizio Valle, coordenador da Rádio aqui em Brasília. Ex-professor do Departamento de Comunicação da UnB, o professor Valle é entusiasta da idéia de assinatura de um convênio entre a instituição que representa a Universidade de Brasília.

"É desejável que haja integração entre a Rádio MEC e as Universidades Brasileiras. Há, no entanto, uma legislação muito mais rigorosa para as emissoras de rádio e televisão do que para os meios de comunicação impressos. Como o meio estudantil é dado a tentativas radicais de mudança na ordem social, não se tem interesse de entregar para as universidades, espaços nas rádios governamentais, pois não seria o próprio Governo quem iria patrocinar sua derrubada", acrescenta o professor Aluizio.

"MEDO INFUNDADO"

A resposta é do Carlos Al-

berto de Almeida, diretor de Assuntos Acadêmicos do Centro Acadêmico de Comunicação: "Não se justifica esse medo. E medo do novo, é o medo de uma atividade absolutamente necessária para os estudantes fazerem a vinculação entre teoria e prática. Nós fazíamos uma programação cultural, científica, levando à comunidade o que acontece de novo no meio acadêmico. O espaço na Rádio seria um instrumento a mais para a Universidade exercer de fato sua função que é de servir ao povo".

Os microfones estão fechados e o canal praticamente vago. A política atual da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FUNTEVE), da qual a Rádio MEC - Brasília faz parte, é não mais operar emissoras, exceto a Rádio MEC - Rio e a TV Educativa que, por problemas legais, não podem ser repassadas a terceiros. Como poderia a UnB efetivar esse convênio, já que para a exploração desses canais de comunicação não é permitido que sejam órgãos custeados pelo orçamento da União? Através da doação de programas, que para isso já conta com uma infra-estrutura de produção precária, mas plenamente possível de ser colocada em funcionamento, haja vista, a última experiência dos alunos da Comunicação que mantiveram no ar a Rádio Expoarte, durante os cinco dias de duração da Exposição no Ateliê de Arquitetura, com resultados positivos.

Resta saber o que Bach, Bethoven, Mozart, Vivaldi, e a turma toda dos clássicos, que são enviados do Rio de Janeiro para ocuparem todo o tempo da programação provisória da Rádio MEC-Brasília, vão achar da companhia dos alunos de Comunicação. (Pedro Sérgio Coe)

Rádio Expoarte: teoria em prática

Durante a realização da Expoarte, na semana de 23 a 27 de maio os estudantes de Comunicação da UnB "colocaram no ar" uma antiga reivindicação do seu Departamento: a rádio universitária.

Apesar de constar, juntamente com a TV universitária, do projeto original do curso de Comunicação, a rádio nunca foi efetivamente implantada. Na verdade, a estação, que funcionou como um complemento à Expoarte, transmitindo debates, entrevistas e programação musical, não chegou a se configurar numa rádio, propriamente. Segundo Carlos Alberto de Almeida, diretor do Centro Acadêmico de Comunicação, a Rádio Expoarte, transmitindo através de alto-falantes e apenas para o minhocão, foi apenas um primeiro passo no sentido de se conseguir a implantação de uma estação que atenda às reais necessidades do Departamento e da comunidade.

Esse caráter de experiência não diminuiu, de acordo com Carlos Alberto, a importância do evento. "Foi a primeira vez que se abriu um espaço, dentro do curso de rádio, para se colocar em prática o que nele se aprende, além de termos aglutinado um grande número de pessoas em torno da proposta de uma futura rádio-universitária. "A luta pela rádio faz parte das prioridades da atual diretoria do Centro Acadêmico. A intenção é a de se promover uma ampla campanha junto à comunidade universitária e a população em geral, tentando conscientizá-la para a importância da reivindicação. (Rodrigo e Jair da turma de Redação de Jornalismo)



Professor Valle:
"Sou favorável
a um acordo entre a
UnB e a Rádio MEC".

Nova Xavantina espera interesse e apoio

A constatação de que o estudante da Universidade de Brasília não aproveita, e até desconhece, o espaço aqui existente para seu preparo intelectual levou o professor de sociologia Argemiro Procópio a um desabafo. "Há um comodismo e uma convivência com a postura elitista da universidade". Procópio se referiu ao posicionamento do corpo discente frente a atividade de extensão em prática na UnB.

O professor pensa que não basta criticar a vinda do ex-secretário de estado norte-americano Henry Kissinger, exemplo de extensão black-tie. A vinda de personagens ilustres os estudantes deveriam propor alternativas para o relacionamento da universidade e "os problemas da sociedade em que ela está implantada". Ele acrescenta que não se deve cair no comodismo de culpar o reitor ou o vice-reitor, mas utilizar as oportunidades de contato com a realidade.

Atitude menos leviana seria a de criticar a estrutura política do país e o Sistema como um todo. Agindo dessa forma o estudante poderia "sujar as mãos" na realidade social. Só assim tornaria seu comportamento político diferente daquele que existe na classe onde nasceu.

LATIFUNDIO

O Campus, anteriormente instalado em Aragaças, Goiás, agora se interiorizou mais, indo se fixar em Nova Xavantina, Mato Grosso do Sul. A área é muito carente e repleta de conflitos sociais. Parece, entretanto, não estar recebendo muito apoio, pois há muito os moradores vêm pedindo estudantes e professores de medicina, mas até hoje não conseguiram sensibilizar ninguém.

Essa comunidade, segundo o sociólogo, pede a continuação de um trabalho realizado por

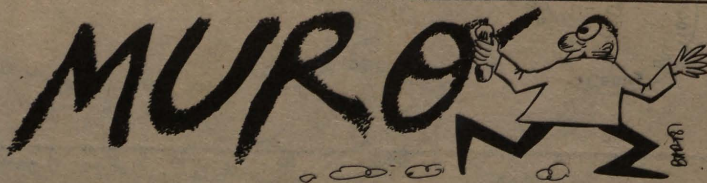
um grupo da Faculdade de Educação, coordenado pela professora Maria Lucília Alencar. Atendendo esse chamado da população, o professor viu a necessidade de uma ação integrada de diversas disciplinas, quando aluno poderá não só aprender, mas "oferecer sua participação em um processo de desenvolvimento integral".

A região apresenta problemas como as más condições de vida dos posseiros e a ação do latifúndio. O projeto "Estudo de Política de Colonização no Centro Oeste", organizado por uma equipe de sociólogos e coordenado por Procópio, trata ainda, da falência dos gaúchos, que receberam terras na área hoje com seus solos esgotados e os produtos cultivados sem preço no mercado. De acordo com o documento, o problema do índio da região também é grave.

CONTRASTES

Sem ser paternalista, nem assistencialista, o estudante, segundo Argemiro Procópio, pode agir "nessa realidade cheia de contrastes, se identificando com o sofrimento do dominado". A única exigência aos interessados é a continuidade do trabalho, afim de não gerar falsas expectativas ou frustrações.

No mais, o Campus de Nova Xavantina está aberto e o Grupo de Trabalho Universitário, localizado em cima da livraria da UnB, pronto para receber os pedidos. O professor acha esta uma ótima oportunidade, já que o Campus está sendo aproveitado apenas parcialmente. "Não se está mais sob a ditadura de Médici e o fantasma do A16 parece ter sido parcialmente exorcizado. Não há razão para a política do medo". O encontro com a dura realidade de Nova Xavantina não deve ser considerado, na opinião do sociólogo, como "subversão". (Nelson Luiz)



Delfim e os "picaretas"

O ministro Delfim Netto repetiu mais uma vez, agora no Senado, que a política econômica do governo está no rumo certo e que é preciso trabalharmos «duro». Exercitei ao máximo a imaginação para pogar bem o que seja «trabalhar duro». Afinal, o ministro me deixou em dúvida, porque, para mim, todos nós já estávamos trabalhando duro. Depois de muito vagar cheguei à solução. Acho que vão colocar milhares de pedreiras em funcionamento. Não vai escapar ninguém. Operários, empresários, profissionais liberais e autoritários, donas-de-casa. Para dar bom exemplo (e perder uns quilinhos), Delfim irá quebrar a pedra inicial de algumas pedreiras. Bonito! Os banqueiros internacionais (os brasileiros vão aplaudir de pé. O país poderá sair de vez da crise e resolver, ainda, onde colocar os picaretas do nosso governo: pedreira pra eles! (Nelson Luiz, Campus)

Só esqueceram os funcionários

Agora os fracassos e sucessos — estes mais que aqueles — da organização dos I Juib's, resta comentar a não inclusão dos funcionários nos jogos. Involuntária ou não, a exclusão nos reporta ao arraigado preconceito burguês contra o trabalho não intelectual e do qual o ME, principalmente em uma universidade elitista como a UnB, não consegue escapar. Após alguns incidentes com funcionários que desejavam participar, inscritos por equipes de diversos departamentos, já se começa a falar que foi um engano e que ano que vem a participação será extensiva a eles também. Providência mais que justa. Afinal de contas, quem garante a infraestrutura de nossos «altos destinos» é a massa dos funcionários. E se o objetivo dos Juib's é integrar a comunidade universitária, como é que essa massa pode ficar de fora? Vamos avançar, colegas! (William Santiago)

Leão muito devagar!

Quantas vezes você já abriu a caixa do Correio hoje? Bem, se está esperando o aviso da devolução do imposto, sossega: ele está para chegar. Pode ser que já esteja lá. Isto é: no caso do seu crédito com o Leão não ultrapassar o teto de dois salários mínimos. Se esse não é o seu caso, pode começar a pensar na possibilidade de ter que esperar um pouco mais. Lembra do ano passado? Muita gente só viu a cor do seu cheque em setembro. Ou você está pensando que a situação melhorou? Tsc...tsc...tsc... (Sheila Ferru, Campus)

Tapando o nariz

Quem passa no subsolo do Minhocão, a caminho do Stock's ou dos laboratórios, vai de lenço tapando o nariz. Alguma coisa muito ardida invade o ar por ali — já sai pelos respiradouros e pelas escadas e vai ferir as narinas de quem passa entre os jardins do térreo. Pode ser por causa dos coelhinhos que servem de cobaias nos laboratórios... ou pode ser porque em toda a extensão do subsolo não se vê uma única, misera, solitária plaquinha assinalando um W.C. Qualquer que seja o caso, a sugestão é uma só — que tal vassoura, água e sabão? (Sheila Ferru, Campus)



De grão em grão esvaziam o saco

Como não tem dado para solucionar as crises desta república, os administradores doces parecem ter concluído que o negócio é somá-las. Juntando crise do ensino com crise econômica criaram a crise do estudante. Antes pagávamos meia entrada no cinema, com a crise pagamos inteira. Agora com a crise de lucratividade das empresas de transportes coletivos (curiosamente considerado um serviço de utilidade pública), cogita-se como única solução abolir os passes estudantis. E isso aí! Já que as classes produtivas não conseguem resolver as crises começa o ataque às improdutivas. A contiguar assim, a qualquer momento vão tirar até pirulitos da boca de crianças para solucionar a crise. (Pascon, Campus)

Meia entrada: boa para todos

A luta dos estudantes pela revogação da portaria 92 do Concine, que institui a meia entrada para todos em sessões específicas de cinema, está se tornando antipática perante a sociedade. As «filas boas» formadas nas portas dos cinemas, impedindo de entrar quem deseja ver o filme, não colaboram para solucionar o problema. A meia entrada para todos foi tirada para reduzir a evasão de renda que normalmente ocorre, tanto pelo grande número de «tarteirinhas» falsificadas, como pela má fé com que agem bilheteiros e porteiros de cinema. Os estudantes deveriam se unir a cineastas e trabalhadores na tentativa de encontrar uma melhor

solução para o problema, e não reivindicar um privilégio que foi conquistado há três décadas e não tem mais razão de ser nos dias de hoje, quando somos uma das classes mais bem situadas no panorama econômico da sociedade brasileira. (Marcelo Villares Coelho, Campus)

O dragão chinês contra Emanuele

Quem deu uma olhadinha na seção de cinema do Jornal de Brasília nesse fim de semana deve ter dado uma boa dúzia de gargalhadas. Talvez não seja uma coisa habitual, mas das duas uma: ou o redator estava irradíssimo (é um saco fazer essas notinhas para cinema) ou realmente detestava todos os filmes que lá eram anunciados. Isso porque no pequeno texto para cada um dos filmes apresentados a crítica era geralmente ácida, quando não mordaz. Mais contundentes, então, eram as referências aos filmes pornográficos em que ironicamente o redator fazia afirmações como «filme que explora pouco o sexo» e recomendava: «Se você não tem nada a fazer e tem estômago para essas coisas, uma boa pedida». Em relação aos filmes de luta de karatê, ao final das notas o redator desejava «bons hematomas» e dizia que o filme seria preferido dos «sacos de pancadas». De uma maneira ou de outra quando os filmes eram de maior qualidade artística — em que se podia esperar algum comentário positivo — aparecia apenas o filme e o horário, sem qualquer opinião. O que parece confirmar a suposição de que o redator estava mesmo em um fim de desabafar em algum lugar. Com isso diverti-se um pouco mais com o burocrático periódico local. (James Allen, Campus)

ESPAÇO

Já disseram que a vida-imita a arte. A arte de fazer jornalismo, porém, nem sempre imita ou retrata fielmente os fatos que procuramos ansiosamente transformar em notícias. Talvez seja esta ansiedade, o desejo de passar informações para o papel, somado à velocidade do trabalho jornalístico, um dos grandes desafios para o profissional ou para o estagiário. O maior, que permeia todos eles, é o de retratar os fatos com a maior fidelidade possível.

Há outras barreiras a serem transpostas, como, por exemplo, a resistência das fontes e a limitada experiência dos repórteres envolvidos. Mas pisar esse trajeto espinhoso não pode justificar ou nos impedir de fazer uma autocritica quando cometemos erros. Apesar do alcance restrito do jornal Campus, temos um compromisso com o nosso público leitor, para nós muito representativo.

A reportagem sobre o alojamento estudantil, tema desta coluna no último número, ofereceu a nós, repórteres e editores uma boa oportunidade para reflexão. A matéria foi pautada como uma das mais importantes daquela edição e

Autocrítica

recebeu todo o cuidado dos elementos nela envolvidos. Não bastou. Mesmo tendo recolhido um bom material a sua edição não foi esperada.

Ocorreu que uma parte desse valioso material foi entregue para o fechamento da página somente na tarde de segunda-feira, 16, quatro dias após o combinado. Como o texto necessitasse ser reescrito para corrigir algumas falhas na organização das informações, ficamos impedidos de publicá-lo. Entendemos que o jornal tem um compromisso, também, com a periodicidade e preferimos não atrasar o fechamento a refazer a matéria.

O Jornal saiu, mas saiu com informações, senão truncadas, pelo menos obscuras. Os moradores do CO se sentiram ofendidos e, em coro, reclamaram das opiniões dos psicólogos entrevistados e das fotos. Ale-

garam que o publicado não correspondia à realidade. Esquecemos, ainda, de dar uma chamada na primeira página para esta coluna, que tomava uma posição clara a respeito dos problemas do alojamento, chamando a administração da UnB a um posicionamento mais sério sobre o CO. As opiniões dos moradores, por fim, acabaram não sendo inseridas e eram parte importante do que havia sido colhido.

Recebemos, também, reclamação do Embaixador do México, Antônio Icaza, dando conta que a sua entrevista concedida ao Campus estava distorcida. Ele tinha razão. O aproveitamento não foi o melhor. Mesmo porque, a entrevista dada por escrito e não gravada, deveria ter sido publicada no primeiro número do semestre.

Em se tratando de informação, todo o cuidado é muito pouco. Por aí podemos começar.

O zelo no trato com os fatos é condição essencial para a credibilidade de um órgão de imprensa. E assim deve ocorrer em qualquer curso de comunicação. O Campus recebeu as críticas e devolve para a comunidade sua autocritica.

Fazem parte da vida de um jornal os atropelos e as polémicas causadas pelo seu conteúdo. Tanto melhor. Pelo menos deixa a impressão de que o Campus é um lugar onde as experiências servem de base para o debate. O nosso é um jornal vivo. Se na Universidade há lugar para o erro, pois o objetivo é aprender, é dever do aluno, por outro lado, buscar um aperfeiçoamento cada vez maior.

O Campus está aberto às críticas da comunidade a que serve, embora algumas delas tenham vindo de modo grosseiro. Trataremos de digerir estas últimas sensatamente, provando que somos capazes de realizar um jornal-laboratório com coragem, mas, acima de tudo, com responsabilidade.

A Redação

Campus

Editor-Chefe: Prof. Murilo Cesar Ramos.
Chefe de Reportagem: Prof. Carlos Augusto Setti. Editoria de Fotografia: Profª Luiza Venturelli. Editores: Nelson Luiz (UnB) Eugénia Maria (Comunidade), James Gama (Nacional), James Allen (Internacional e Ciência), Maria Luiza (Cultura), Sandra Tibana (Fotografia).

Redação: Cristina Gutemberg, Humberto Martins, Idelson Alan, Ieda Prestes, Ilara Viotti, Jânio Carlos, Luciene Rosa de Assis, Luiz Roberto Nader, Luiza Modesto, Marcelo Vieira, Marcelo Villares Coelho, Márcia Suyene, Paulenir Constância, Pedro Sérgio Coe, Rosalina Machado, Sandra Fernandes, Sheila Ferru, William Santiago.
Diagramação: Ailton Maia/JBr. Supervisão: Prof. Milton Ribeiro.

Redação: Departamento de Comunicação/Universidade de Brasília — UnB 70910 — Brasília, DF. Telefone: 272-0000/Ramal: 2463.

RESENHA

Filosofia

O Núcleo de Filosofia do Departamento de Geografia e História realiza o Curso de Especialização em Filosofia a nível de pós-graduação "latu sensu". O curso se concentra na área de "Filosofia e Metodologia das Ciências", e tem como disciplinas obrigatórias Metodologia das Ciências e Lógica. As inscrições devem ser feitas de 1º a 15 de junho, o exame de seleção do dia 16 a 30 de junho e as matrículas durante o mês de julho. Os interessados devem procurar o Departamento de Geografia e História — CEP 70910 — Brasília DF — Fone 272.0000 Ramal 2366 e 2373.

Festival

A Comissão de Promoções Sociais do DCE-UnB está organizando excursão ao Festival Águas Claras, de 2 a 4 de junho em Iacanga, São Paulo. A caravana sairá quarta-feira, dia 1º de junho, à noite e retornará no domingo, dia 5 de junho, também à noite. As inscrições podem ser feitas com o Calouro na sala do DCE ao preço de treze mil cruzeiros, incluído o preço de entrada na fazenda, no valor de 4 mil cruzeiros.

JUNBS

A Comissão de Esportes do DCE e a AAAUnB informa a todos os participantes do Festival Águas Claras que, a partir desta semana, serão exigidos exames médicos aos atletas participantes. A comissão Organizadora aceitará os exames comuns, válidos para as matérias de prática desportiva e frequência ao CO, e dará prazo de quinze dias para que todos regularizem sua situação. Enquanto isso, os participantes assinarão um termo de compromisso em que se declaram em perfeitas condições físicas. A medida visa a, evidentemente, proteger os mais afoitos de acidentes durante as competições.

Arte

Estão abertas, até 31 de maio, as inscrições para o V Documento de Arte Contemporânea do Centro Oeste e o I Foto Centro Oeste. Os interessados devem procurar a FUNARTE — Setor de Difusão Cultural, atrás da Torre de TV — fone 226-9228 e 224-3164.

Fonética

O Departamento de Letras e Linguística da Universidade de Brasília está promovendo até o dia 8 de junho o Encontro Universitário sobre as Tendências atuais da Fonética. O curso é coordenado pela professora Mirian Theresinha da Matta Machado, tem a participação do professor Bertil Malmberg da Universidade de Lund (Suécia), e desenvol-

verá estudos sobre o tema "A fonética Moderna: teoria e aplicação". Os organizadores pretendem, como parte da programação, realizar no último dia de atividades uma reunião com objetivo de criar a Sociedade Brasileira de Fonética.

Energia na UnB

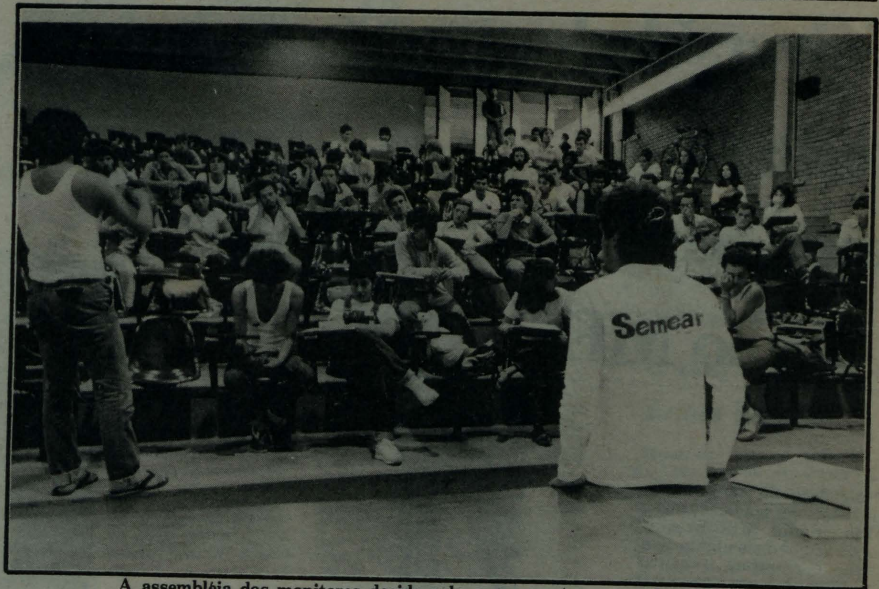
Prossegue até o dia 1º de junho UNIEEMME (Programa MME para a Universidade) e a EXPOEMME Exposição O Brasil das Minas e Energia, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Comunicação de Projetos Especiais do Ministério das Minas e Energia e a Universidade de Brasília. A programação constam projeção de filmes, palestras e convênios com o objetivo de fazer estudos, pesquisas e visitas às grandes obras do sistema MME. As atividades terão lugar no saguão principal da Biblioteca Central de Estudantes da UnB das 9 às 18 horas, e sábados e domingos das 13 às 18 horas.

Concurso FUNCEP

A Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP está promovendo o II Concurso Nacional de Monografias sobre o Serviço Público, visando a levantar idéias e soluções para a problemática da área. Os trabalhos podem ser entregues até o dia 20 de julho, pessoalmente ou sob registro postal, à Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP, Setor de Áreas Isoladas Sul, Caixa Postal 12-2555, CEP 70610, Brasília-DF, endereçadas ao II Concurso Nacional de Monografias sobre o Serviço Público. Aos três primeiros colocados serão concedidos prêmios no valor de 700 mil cruzeiros. A comissão organizadora propõe os seguintes temas: Formulação de Políticas Públicas; Utilização de Tecnologias no Serviço Público; Aspectos Culturais no Serviço Público; Marketing no Serviço Público; Comunicação no Serviço Público; Legislação e Normas Administrativas e Valorização do Servidor Público e Dignificação da Função Pública.

Veja aves

Uma mania coletiva em vários países vai pegar você nestas férias. O Clube de Observadores de Aves do DF só precisa da sua participação para se tornar uma realidade. Para tanto, inscreva-se no I Curso de Observação de Aves, que acontecerá na Fazenda Riachão, em Guarani de Goiás, de 18 a 22 de julho. A taxa é de 10 mil, e inclui alimentação, transporte e hospedagem. Ligue para o CEMAVE (IBDF): 225-8125, 225-8150 ou 225-7517, ramal 725.



A assembleia dos monitores decide pela greve, contra o arrocho da bolsa.

Mais uma greve na UnB. Desta vez os monitores

Os monitores da UnB estão em greve desde a última sexta-feira, dia 27. Em assembleia geral, eles decidiram que a paralisação de todas as atividades de monitoria é a melhor forma de pressionar a Reitoria a atender suas reivindicações. Entre outras coisas, eles querem aumento salarial de 7 mil e quinhentos cruzeiros para 17 mil e cento e seis cruzeiros, ou seja um valor de referência.

A greve foi decidida depois de várias assembleias e discussões. Segundo os coordenadores do movimento "tínhamos que queimar todas as etapas de negociação antes de decidirmos pela paralisação das atividades". Depois da assembleia do último dia 23, os monitores saíram em passeata até a Reitoria, onde foram recebidos pelo reitor. Segundo a administração da universidade, o não aumento dos salários é devido ao corte, pelo MEC, nas verbas destinadas à suplementação das bolsas de monitoria. Nesse sentido, eles pressionam e aguardam com expectativa a resposta do escritório que a Reitoria enviou ao Ministério, pedindo novamente os subsídios.

Para José Jackson, diretor de assuntos estudantis do DCE e um dos coordenadores do movimento, não se pode ficar esperando indefinidamente a resolução desse impasse com o MEC. Segundo a nota dos monitores, distribuída nesta segunda-feira, dia 30, a Reitoria tem autonomia, através de seus Conselhos Superiores, de fazer um repasse de verbas para a monitoria. Assim, eles propõem que seja convocada uma reunião do Conselho Universitário para discutir e encaminhar o assunto.

VERBAS

Os monitores querem também que se fixe a data de pa-

gamento das bolsas até o dia cinco de cada mês e que este seja feito na agência do Banco do Brasil existente no campus. Denize Borgatto, aluna do Departamento de Engenharia Agrônômica, diz que "além de receber uma quantia irrisória, que não dá nem para almoçar no restaurante da universidade, temos que ir buscá-la em um banco lá na W/3 Sul".

Existe também a preocupação de que a Reitoria diminua o número de bolsas de monitoria, (atualmente elas são 346). Atentos a esse problema, os coordenadores do movimento farão um levantamento do número mínimo de monitores necessários em todos os departamentos da universidade, pois, segundo José Jackson, "uma diminuição levaria a uma queda imediata no nível de ensino e nós precisamos evitar isso".

Para Antenor, aluno da Engenharia Elétrica, o corte de verbas nos ministérios, feito pela SEPLAN, "é real e violento". Mas para ele isso não impede que a Reitoria sozinha resolva esse problema, pois a "FUB tem dinheiro". E continua: "A monitoria é fundamental para o funcionamento da Universidade, tem cursos que param sem ela". Ele também concorda com a avaliação do problema feito pela assembleia, segundo a qual "esta falta de verbas é mais um significativo passo na implantação do ensino pago".

De acordo com os monitores, em nota distribuída na última quarta-feira, dia 25, o próprio reitor José Carlos Azevedo reconhece que os vencimentos dos monitores devem ser, no mínimo, o dobro do que recebem. Finalizam a nota dizendo que "apojar a luta dos monitores é lutar pela melhoria das condições de ensino na Universidade". (Rosalina Machado)

Encontro reúne Embrapa e Comunicação

Com o intuito de identificar as possibilidades de trabalho conjunto na área de pesquisa e pós-graduação, o Departamento de Comunicação realizou, nos dias 18 e 19 de maio, um encontro de articulação com técnicos e pesquisadores de difusão de tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O encontro teve como tema a Comunicação na Área Rural e contou ainda com a participação de professores dos Departamentos de Comunicação, Sociologia, e Ciência Política e Relações Internacionais além de alunos do Mestrado em Comunicação.

Segundo Ubaldino Dantas Machado, Diretor do Departamento de Difusão de Tecnologia (DDT), da EMBRAPA, nos dez anos de existência da empresa, o encontro está entre os mais importantes já realizados com a UnB. Ubaldino classificou como um dos objetivos básicos da EMBRAPA essa aproximação com a UnB e demais universidades, "que visa solucionar a grande dificuldade que a empresa tem para absorver o produto que sai dos cursos superiores, produto este inadequado e de nível inferior ao esperado". No caso específico da UnB, o objetivo dessa maior aproximação é apoiar o Mestrado em Comunicação, auxiliando nas teses, através de concessão de bolsas, e "compra e venda" de projetos.

PREOCUPAÇÃO

Na abertura do encontro, o pesquisador do DDT, Ivan Sérgio Freire, assinalou que a criação de uma instituição como a EMBRAPA justifica-se pela necessidade de desenvolver-se tecnologias que sirvam ao aperfeiçoamento de uma sociedade complexa.

Após a realização de 76 projetos nesta área de difusão, a empresa procura, agora, saber o que influencia a pesquisa agropecuária. Neste sentido, está sendo elaborado um projeto que busca respostas interdisciplinares para o problema, que faz parte, por sua vez, de um programa de pesquisas desenvolvido com o objetivo de aumentar a produção e facilitar a integração científica. A importância da participação universitária no programa, segundo Freire, é atuar como elemento crítico e influente no processo de avaliação. (Andréia, Otávio e Evandro, da turma de Redação de Jornalismo)

EquipHos: a tecnologia dos candangos

O EquipHos — Centro de Tecnologia Hospitalar e de Engenharia de Reabilitação — nasceu da necessidade de se adaptar os equipamentos hospitalares convencionais às necessidades específicas dos pacientes do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek, desde a construção de um novo hospital, ao lado do antigo Sarah, com uma nova filosofia de atendimento ao doente e uma visão renovada do que deve ser um hospital.

O primeiro projeto, uma cama-maca adaptada para uso dos pacientes do Sarah, vem demonstrando sua eficiência no uso diário do hospital. Além da cama, uma série de muletas, bengalas, aparelhos ortopédicos, barras de tração — foram projetadas a partir das observações dos pacientes pelos médicos e estão sendo experimentadas no hospital com sucesso.

COMUNICAÇÃO

Além da oficina de protótipos, funciona a oficina de Comunicação Visual, que elaborou todo o sistema de sinalização interna do Sarah, além de uniformes para os funcionários, roupa de cama, enfim, tudo o que envolve o aspecto visual do Centro de Reabilitação e do hospital. Esta oficina já está exportando seu trabalho para outros estados. Em vários hospitais brasileiros já estão implantados sistemas de comunicação visual projetados pelos técnicos do EquipHos.

Diante da expansão de suas atividades, o EquipHos montou uma fábrica no Setor de Indústria e Abastecimen-

to, tomando novo fôlego com a possibilidade de dar forma aos projetos concebidos na oficina de protótipos. Na fábrica estão sendo montados os equipamentos para teste pelos pacientes do Sarah, possibilitando correções, quando necessárias.

O EquipHos, segundo o chefe da Comissão Técnica que o dirige, Doutor João Geraldo Martinelli, tem tido sucesso. Se, por um lado, sofre os problemas de estar distante dos centros produtores de matéria-prima — ligas de aço, parafusos especiais, borracha — por outro tem uma boa estrutura de testes, o próprio hospital, que dá respostas imediatas sobre a adequação dos equipamentos produzidos, coisa que as indústrias convencionais não têm condições de fazer.

Na área de projetos de equipamentos, o Dr. Cláudio Blois Duarte fala de alguns dos projetos que estão sendo desenvolvidos. Uma cadeira de rodas inoxidável (que possibilita ao paciente tomar banho sem sair da cadeira), uma outra com motor, uma cama que evita a formação de escaras nas costas de pacientes que têm de ficar deitados na mesma posição por longos períodos.

A intenção destes projetos é ser referência para hospitais menores do mesmo gênero ou similares, que poderiam usar a tecnologia produzida pelo Centro de Pesquisa. E um exemplo que poderia ser seguido pelos hospitais do governo, com a vantagem de usar os recursos adequados a um modelo de medicina brasileiro, que, infelizmente, ainda não existe. (Ilara Viotti)



Faixas e cartazes: a arma dos moradores no protesto contra o posto de gasolina

315 Norte: um exemplo para os brasilienses

Desta vez elas não ficaram em casa. Enquanto os seus maridos assistiam à derrota do Flamengo para o Santos, no último dia 22, as mulheres e crianças da 315 Norte, munidas de faixas e cartazes manifestavam o repúdio da comunidade à instalação de um posto de gasolina naquele local. "Se precisamos economizar combustível, para que construir postos na porta do Oziel". (General Oziel Almeida Costa, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo).

Liderado por um grupo de sete senhoras, "donas-de-casa", o movimento tem mostrado para os brasilienses que os moradores da 315 Norte estão lutando pelo seu direito a uma área verde, que, antes de mais nada, representa o desejo de sossego, privacidade, segurança e tranquilidade. Desejo que seria certamente afetado com a instalação de um posto de gasolina a menos de 15 metros do bloco E daquela quadra.

Os moradores alegam ainda que o empreendimento, além de acarretar prejuízos à ecologia, não se justifica, dado que a comunidade já é atendida pelo posto da 313 Norte, situado a 1.000 metros de distância. O "prefeito" da 315, Wildemar Damasceno de Andrade, acrescenta que a planta da quadra, datada de 1980, não prevê a construção do posto. Wildemar garantiu que "a comunidade lutará até o fim pelo remanejamento do posto; ir à justiça será a última instância".

AGUARDANDO

Até agora, a comissão de senhoras está aguardando respostas das cartas, requerendo a suspensão da construção do posto, entregues ao CNP; Ministro César Cals, das Minas e Energia; Governador José Ornellas; Diretor Regional da Petrobrás; e Sindicato dos Derivados do Petróleo. O sinal mais positivo veio do governador que pro-

meteu conversar com a Petrobrás. Dona Janete de Almeida, do grupo de senhoras, faz questão de ressaltar que "não temos nada contra postos de gasolina; só não queremos este posto na nossa quadra".

Da mesma opinião não compartilha o presidente do Sindicato dos Derivados do Petróleo, Fernando da Cunha Rego, que está contra a concessão de sete novos postos de gasolina feita pelo CNP. Para ele, "estas concessões são imorais pois ferem um código de ética escrito pela História há 400 anos, e ilegais por infringirem o artigo 11 da resolução 7/77 do CNP". Segundo este artigo, é vedado o acesso à propriedade de postos de gasolina, a qualquer pessoa que tenha vínculo de parentesco até 2º grau com membros do CNP.

No último dia 12 de maio, o Sindicato enviou ao General Oziel, um ofício expondo irregularidades: dois postos estão registrados por dois filhos do general Melo Soares, mem-

bro do CNP. Um outro posto sob a bandeira da Shell, segundo o Sindicato pertenceria à esposa de um ex-membro do CNP. Por enquanto o Sindicato aguarda um posicionamento de Hans Peter Sheling, presidente da Shell, a respeito deste posto.

O Presidente do Sindicato dos Derivados do Petróleo manifestava-se bastante otimista com a ida do General Oziel à Comissão de Transportes, no dia 8 de junho, para prestar depoimentos a convite do deputado Léo Simões (PDS-RJ). E Fernando afirma: "A solução virá. Já demorou décadas, anos... agora semanas, horas. Até o dia em que acabará as decisões autoritárias".

Talvez chegue um dia em que não haja espaço para as demonstrações de autoritarismo. Mas, por enquanto, é bom saber que ali, na superquadra Norte 315, seus moradores levantaram a voz para defender os interesses daquela comunidade. Que isto sirva de exemplo, para todos. (Eugênia Maria)

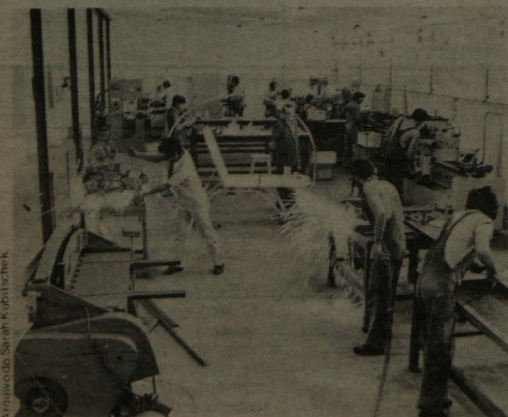
415 Norte: mesma trilha

Na superquadra norte 415, seis carros estacionados na frente do bloco O, impedem a continuação dos trabalhos para construção de um posto de gasolina naquele local. A exemplo da 315 norte, seus moradores resolveram protestar contra o empreendimento, por entenderem que assim o deseja aquela comunidade. Neste caso, as opiniões nem sempre são unânimes. Enquanto alguns desejam a suspensão da construção pura e simples do posto, outros sugerem ao remanejamento para um local mais afastado.

Para Marcos Antônio de Souza, um dos líderes do movimento, a construção do posto acarretará uma desvalorização de pelo menos 40% no valor dos imóveis. E acrescenta: "enquanto o governo diz que quer conter a importação de petróleo,

o CNP, de repente, dá concessão para a construção de sete postos, aqui, em Brasília. Não dá para entender. Aqui na quadra não precisamos de mais postos, o da 411 norte é suficiente."

Os moradores levaram um abaixo-assinado ao governador José Ornellas, entraram em contato com a Ordem dos Advogados do Brasil, (OAB), seção DF, e esperam a confirmação da audiência marcada com o ministro, César Cals das Minas e Energia. Para o síndico do bloco, Luís Antônio de Souza, "os moradores do bloco O estão solidários com nossa luta". Por isto eles acreditam que, no mínimo, a obra será transferida para o lado do prédio, ficando a uma distância de 40 metros. O que talvez não seja uma vitória completa, mas já contentará em parte a comunidade. (Eugênia Maria e Márcia Suyene)



Os projetos ganham forma nas oficinas do EquipHos

ÁGUA LIMPA

Esta é uma l...
que envolve t...
a comunidade

Uma solução tecnocrá...
Fundação Zoobotânica d...
Fazenda Água Limpa, um...
lógicos e reserva ecológica...
dação quer inundar parte...
uma barragem de eficáci...
irrigação da UnB. Uma...
brasiliense é necessária p...
prevenir que no futuro solu...



"A sociedade precisa entender que é preciso adquirir conhecimentos e, além disso, que é importante formar seus profissionais, preservar as suas áreas e analisar criticamente os projetos que lhe são designados. Se ela aceitar o que vier, não se posicionar frente a este problema, vai arcar com as consequências. Precisamos nos organizar para tomar atitudes preventivas e não paliativas, que dependem muito mais recursos e trabalho". (Dóris Santos de Faria, professora de Filosofia e Comportamento Animal do Departamento de Biologia da UnB).

O projeto de construção de uma barragem na Fazenda Água Limpa, com o objetivo de irrigar o Núcleo Rural Vargem Bonita II, está gerando enorme polêmica entre a comunidade universitária e a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, sem no entanto conseguir sensibilizar a opinião pública, que continua pensando ser mais uma briga entre "estudantes" e Governo. Contribui para isto o fato de o Secretário de Agricultura do Distrito Federal, Sr. Alceu Sanches, afirmar aos meios de comunicação que os estudantes estão agindo emocionalmente e brigando por uma causa perdida.

Os estudos para aproveitamento da área vem se desenvolvendo desde 1979, quando foram propostas várias alternativas para a implantação do núcleo rural. A própria Fundação Zoobotânica realizou estudos de irrigação, à procura dos maiores mananciais de água sem, no entanto consultar professores ou alunos in-

teressados na área. Estes estudos culminaram com a publicação de um texto pela Secretaria de Agricultura e Produção, Fundação Zoobotânica e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, intitulado "Considerações Técnicas para a Elaboração do Projeto de Irrigação do Núcleo Horticola Suburbano Vargem Bonita II". Neste texto o autor, Gustavo Lizárraga Montes, especialista em irrigação, apresenta a infra-estrutura requerida e as variáveis para a construção da barragem, dos canais de irrigação. Baseado apenas nestes dados, o Governo do Distrito Federal decidiu construir a barragem, sem se importar com os aspectos ecológicos ou mesmo com a realização de estudos econômicos que considerassem todas as alternativas.

A FAZENDA

A área prevista para a construção da barragem faz parte da Fazenda Água Limpa, mas não integra as terras que pertencem à Universidade de Brasília, nas quais se situará o futuro núcleo de Vargem Bonita II. O terreno total da fazenda tem 4.000 hectares, dos quais 1.500 são de propriedade da Fundação Zoobotânica e cedidos à UnB para pesquisa e aulas de Biologia, Ecologia e Engenharia Florestal. Esta área é atravessada pelo córrego Capetinga, em torno do qual se formou uma mata, chamada ciliar, com fauna e flora específicas e que é única na região do Distrito Federal. Com o projeto da barragem, esta reserva ecológica seria destruída em metade

de sua área, podendo ainda o restante se extinguir a médio prazo.

O núcleo rural Vargem Bonita II será formado num terreno de 600 hectares e produzirá hortigranjeiros para consumo do DF. Para isso, serão necessários 450 litros de água por segundo na irrigação de todas as hortas. Segundo professor Francisco Cassiano, do Departamento de Agronomia da UnB, "este é um projeto bastante otimista, pois não se sabe se a bacia do Capetinga terá capacidade para suprir essa necessidade. A vazão do rio é muito pequena e compensa apenas a evaporação que ocorrerá na represa. "Se houver uma seca" conclui Cassiano, vai furar todo o projeto, pois a cultura de hortaliças exige irrigação constante".

HAJA CHUVA

Ao se analisar o projeto oficial, constata-se que os cálculos são realmente muito otimistas, pois prevêem um armazenamento de 2.100.000 metros cúbicos de água, aproximadamente. Um gasto de 450 litros por segundo corresponde a 270 metros cúbicos por hora. Feito as contas, chega-se à conclusão de que uma represa cheia demora dois meses e dez dias para secar. Como a seca em Brasília costuma durar até seis meses, em alguns anos São Pedro vai ficar devendo muita chuva e os agricultores muita grana.

Não se computou ainda os prejuízos que a pesquisa de plantio no cerrado vai sofrer, pois a Fazenda estará retirando, até o final do ano, 100



O MAPA DA "MINA"

Esta é a área da Fazenda Água Limpa, onde se destacam: 1 - local previsto para a implantação de Vargem Bonita II; 2 - Vargem Bonita I; 3 - córrego do Gama; 4 - córrego Taquara; 5 - barragem existente no córrego do Gama; 6 - sede da Fazenda (área utilizada pelo Departamento de Agronomia); 7 - córrego Capetinga; 8 - reserva ecológica; e 9 - local previsto para a construção da barragem.

MPA

uta
oda
de

tica. Nada descreve melhor o que a
o Distrito Federal pretende para a
m importante centro de estudos bio-
da Universidade de Brasília. A Fun-
e da área da reserva, para construir
a duvidosa, segundo os técnicos em
mobilização de toda a comunidade
para evitar essa agressão ecológica e
ções semelhantes sejam tentadas.

litros de água por segundo do Ca-
petinga para irrigar os seus projetos.
Com a construção da barragem, as
idéias e pesquisas dos Agrônomos de
Brasília vão secar.

SOLUÇÕES?

No próximo dia 9 de junho, o
Governador do DF receberá em
audiência os professores e alunos in-
teressados no caso e o Secretário-
Especial do Meio Ambiente, Paulo
Nogueira Neto, que já se posicionou
contra a construção da barragem.
Serão apresentados dois projetos que
substituem, com vantagem, o projeto
do Governo. O primeiro prevê a
elevação do nível de uma barragem já
existente no córrego do Gama, de 12
para 21 metros. Essa barragem já
alimenta atualmente o núcleo rural
Vargem Bonita I com 150 l/seg. e
passaria a fornecer 400 l/seg. para
Vargem Bonita II, num total de 550
l/seg. Já existe um estudo feito pelo
professor Cicero Lopes, do Depar-
tamento de Agronomia da UnB, que
viabiliza esta solução.

O segundo projeto se baseia prin-
cipalmente no bombeamento da água
necessária. Seriam retirados 150
l/seg. da barragem do Gama, sem al-
terar o seu nível atual, e seriam cons-
truídas duas estações de bombea-
mento junto ao núcleo rural, uma no
próprio córrego do Gama e outro no
Taquara. Contra esta solução exis-
tem os gastos com a energia elétrica
necessária a movimentar as bombas,
pois "esta despesa seria rapidamente
transferida do Governo para o

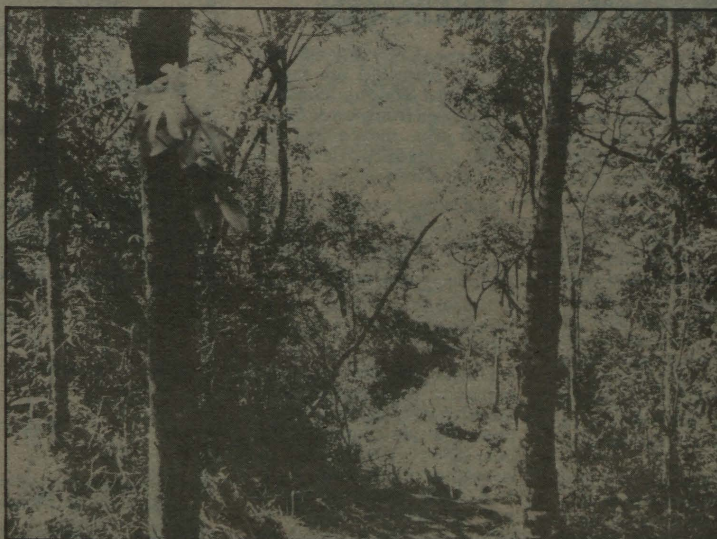
agricultor, que não poderia competir
em preços com Vargem Bonita I",
afirma o professor Cassiano. Na ver-
dade, existem muitos outros gastos
que encarecem uma produção
agrícola. Na opinião do professor
Cicero, "a energia elétrica necessária
para o bombeamento da água é mais
acessível ao agricultor do que os
gastos com fertilizantes e defensi-
vos."

FALTA APOIO

De qualquer forma, a solução para
este impasse seria mais rápida e
segura com o apoio da Administração
da UnB, que, no entanto, não se
posicionou a respeito deste assunto.
O departamento de Biologia Vegetal
enviou um processo à Reitoria, es-
pecificando os projetos desenvolvidos
na área da construção da barragem e
recebeu o apoio de todos os outros
departamentos envolvidos no caso,
que enviaram, também, à Reitoria,
uma carta apresentando novas so-
luções. Mesmo assim, a "Adminis-
tração limita-se a declarar que não
tem a posse das terras onde será cons-
truída a barragem e nada pode fazer.

Nesta semana que falta para a
reunião que decidirá o destino da pes-
quisa animal e vegetal do DF, é papel
fundamental dos meios de comuni-
cação de massa alertar a população
para este crime que poderá ser co-
metido contra dezenas de espécies de
animais e árvores e contra o desenvol-
vimento científico que é uma das
tarefas mais fundamentais de uma
Universidade.

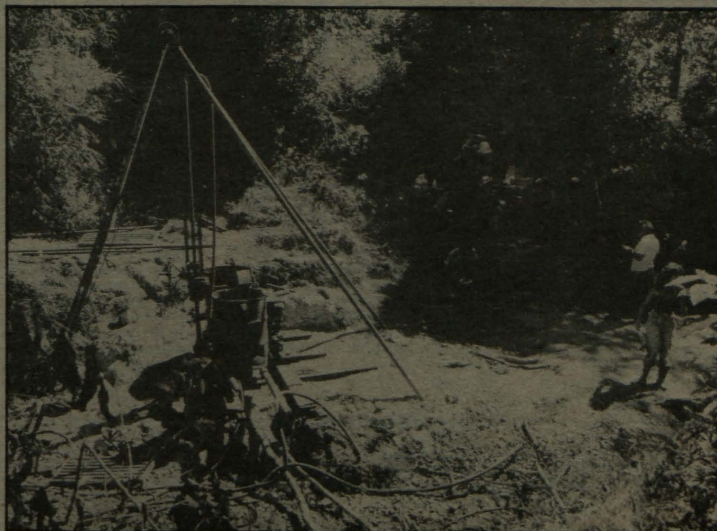
Texto e fotos de
Marcelo Villares Coelho



Nesta mata, trica do DF, convivem dezenas de espécies de árvores e animais



O prof. José Wagner Machado, da UnB, mostra a área que seria inundada



A paralisação das obras não evitou o começo da devastação

Acordo mexe na velha briga de árabes e judeus

O ruído não é nenhuma novidade para os habitantes de Khalde, subúrbio de Beirute, já acostumado com a grande movimentação militar na área. É um helicóptero. Mas desta vez não transporta soldados. A bordo, estão diplomatas israelenses e libaneses prontos para assinarem um tratado objetivando obter a paz entre os dois países. Também presentes dois enviados do governo americano: o Embaixador Philip Habib e o Secretário de Estado George Shultz. Esta foi a cena que antecedeu à assinatura do acordo na terça-feira, dia 17.

A negociação ocorreu durante quatro meses de conversações com a mediação do governo americano e prevê os seguintes pontos:

- Israel poderá manter até 50 soldados no Sul do Líbano, subordinados ao Exército libanês.
- Se as tropas sírias e palestinas se retirarem antes do prazo de dois meses, os israelenses terão de apressar sua saída. (Não se sabe quem deve sair primeiro).
- A fixação de uma zona de

segurança, reivindicada por Israel, dividida em duas: uma faixa de 15 quilômetros ao norte da fronteira de Israel e uma área mais acima que inclui a cidade de Sidon e vai até o rio Awali.

- Restrições ao movimento de não libanês na faixa de segurança (ao sul). O exército libanês poderá impor lei marcial na área norte da zona, e poderão permanecer no local mais de 8 mil soldados libaneses.

- criação de uma comissão tripartite de representantes americanos, israelenses e libaneses que controlarão as patrulhas conjuntas de israelenses e libaneses.

- A força multinacional de paz assumirá o controle da estrada litorânea ao sul da capital libanesa, a estrada Beirute-Damasco e Beirute-Tripoli, além de dar proteção aos campos de refugiados palestinos em Sidon.

- Viagens entre Líbano e Israel serão limitadas para casos especiais julgados pela comissão tripartite. Restrição ao comércio, que será revisto após seis meses. (J.C.N.)

Líbano, um país sob fogo cruzado

O Líbano aceitou propostas de paz israelenses que até um mês atrás recusava-se a discutir. A Síria acusou o presidente Amin Gemayel de assinar um ato de submissão sem o aval do povo libanês, o que justificaria, segundo Damasco, sua permanência no território. Israel, por sua vez, conseguiu obter um cordão de isolamento contra possíveis ataques palestinos.

O presidente libanês Amin Gemayel, pressionado ou não, concordou com a permanência de um pequeno contingente de soldados israelenses no sul do país. Esses soldados, cerca de 50, ficariam subordinados ao exército libanês e seriam, inclusive, obrigados a se utilizarem de carros de combate e transporte libaneses. Pelo acordo, o presidente obrigou-se também a aceitar a participação do falangista Saad Haddad junto aos israelenses, fato que até então recusava-se a discutir, por considerá-lo uma questão interna.

FRAGILIDADE

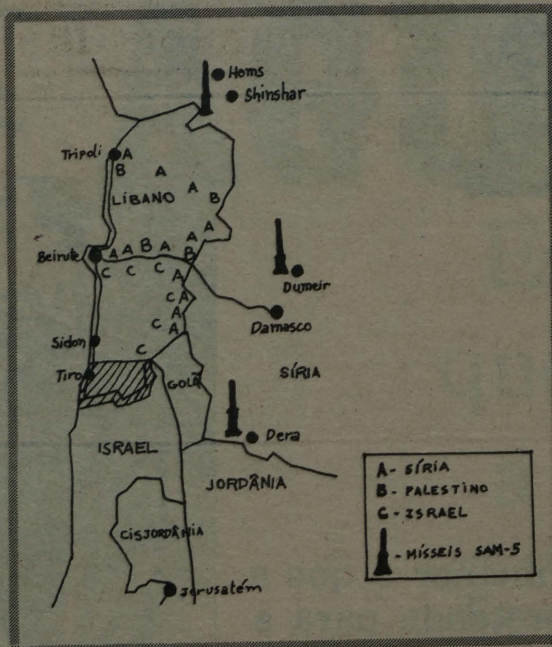
O acordo, na realidade, é uma proposta frágil de paz. O Líbano tenta inicialmente liberar-se da ocupação do seu território, por parte de seus vizinhos, para começar a fase mais complexa de negociações rumo a um período de maior tranquilidade. O presidente Gemayel sabe que a verdadeira paz virá apenas quando puder conciliar as divergências internas.

O quadro político libanês é um emaranhado de religiões e partidos que dificilmente se toleram. Não há apenas rixas entre cristãos e muçulmanos, dentro de cada uma das

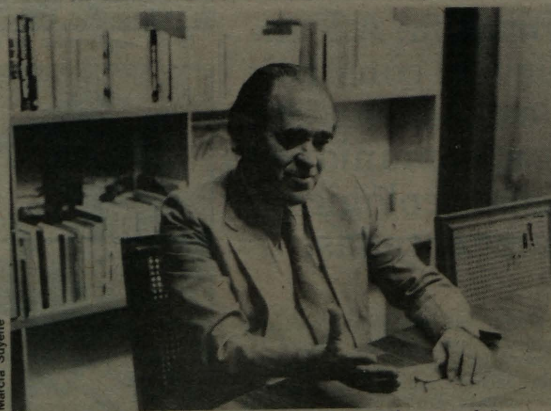
religiões escondem-se ainda subdivisões. Entre os cristãos, uma das maiores forças é o dividido Partido Falangista. O atual presidente libanês pertence a este partido e herdou de seu irmão, o falecido Bashir Gemayel, um bem armado e treinado exército de 25 mil homens. O Kataeb, como é conhecido este braço armado do Partido Falangista, estabeleceu seu controle em Beirute Oriental após uma série de vitórias militares sangrentas sobre seus adversários entre 1978 e 1980.

Estas vitórias não asseguraram, contudo, uma hegemonia sobre as oposições e a prova disso são os recentes incidentes em Beirute e nas montanhas centrais do país. Facções cristãs sequestram grupos numerosos de integrantes de outras facções assassinando a todos em seguida. Do lado muçulmano as divisões são ainda maiores, tornando lenta e penosa qualquer negociação. A grande maioria da população libanesa professa a seita sunita. Os sírios instalados no país são seguidores e apoiam a minoritária seita alawita. Em Beirute, no entanto, a maioria da população segue a seita xiita do iraniano Khomeini.

Amin Gemayel, como se vê, será exigido ao máximo em sua capacidade conciliadora, não só no plano externo como no interno. A nível externo, fazendo concessões a sírios e israelenses, sem dividir o país. A nível interno procurando um governo de maioria sem permitir que o Líbano se veja envolvido em novas guerras civis como as ocorridas em 1958 e 1975. (Humberto Martins, Pesquisa Campos)



No sul do Líbano, Israel espera impedir palestinos



Itzhak: "Estamos dispostos a cumprir o acordo"

Governo sírio admite retirar suas tropas

Apesar de toda a imprensa internacional afirmar o contrário, o primeiro secretário da Embaixada Síria em Brasília, Clovis Khoury, informou ao Campus que seu país já admite a retirada de seus soldados do território libanês. Mas para isso é preciso que o governo daquele país lhe encaminhe um pedido formal. A retirada das forças sírias é uma das condições de Israel para o cumprimento do acordo assinado com o Líbano, há duas semanas.

O diplomata sírio afirmou ao Campus, que o Líbano assinou um acordo imposto pelas circunstâncias da guerra, contra a sua própria soberania. A respeito do recente envio de armas e equipamentos soviéticos para a Síria, Khoury declarou que as relações com a União Soviética ajudam seu país a manter o equilíbrio estratégico com os israelenses, mas que seu governo não pensa numa opção militar.

PRETEXTO

O cumprimento do pacto para a retirada das forças militares do Líbano esbarra, neste momento, num impasse que possivelmente levará o acordo ao fracasso. Os árabes, tendo à frente a Síria, querem que os israelenses abandonem por completo o território libanês, ocupado desde junho do ano passado. Por sua vez, Israel, não abre mão da zona de segurança

ao sul do Líbano na qual, segundo o acordo, terá direito a manter alguns de seus soldados. A ideia é evitar que aquela área seja utilizada para ataques guerrilheiros a seu território, motivo da invasão de junho.

O secretário Khoury rebate o argumento israelense, dizendo que é apenas um pretexto para justificar sua política expansionista. O diplomata frisou que seu país não é contra a paz e esclareceu que a Síria quer apenas que Israel cumpra a resolução 509 do Conselho de Segurança da ONU, que determina a retirada israelense.

Khoury evitou falar sobre uma possível punição ao Líbano por haver assinado um acordo com Israel sem a participação dos demais países árabes. Segundo ele, seu país deseja que a soberania libanesa seja respeitada e o mundo árabe quer apenas impedir a infiltração israelense, beneficiada por este acordo. Só não explicou como conciliar a decisão libanesa com a preocupação árabe sem o uso da força militar. Todo o problema em relação ao pacto entre Israel e Líbano, resume-se na presença israelense na região sul-libanesa — o acordo prevê que a área será patrulhada conjuntamente por efetivos militares israelenses e libaneses — que, segundo o diplomata sírio, "ameaça a segurança de seu país e do mundo árabe". (Jânio Carlos Nazareth)

Israel só sai do conflito com garantias

"Existe uma permanente ameaça para todos os que pretendem fazer a paz com Israel", disse ao Campus o Encarregado de Negócios da Embaixada israelense no Brasil, Nissim Itzhak. E teria sido exatamente por conhecer as pressões que o Líbano poderia sofrer por parte dos outros países árabes nessa tentativa de entendimento, que o governo israelense renunciou a um tratado de paz. No momento, conforma-se "com um pragmático acordo de relações de boas vizinhanças". Mas, acrescenta o encarregado que "chegará o momento em que ter relações diplomáticas com Israel não será mais um tabu".

EXIGENCIA

Para cumprir sua parte no acordo, Jerusalém exige que as forças sírias (40.000 soldados) e da Organização para a Libertação da Palestina (10.000) também se retirem do Líbano. No que diz respeito à OLP, sua saída retoma os propósitos da guerra do ano passado, quando "Israel se viu obrigado", diz Itzhak, "a assumir uma política defensiva para garantir a segurança de suas colônias instaladas no norte do país, porque organizações terroristas (é assim que ele trata a OLP) filtravam a zona de segurança aí instalada". E, segundo matéria publicada pela Folha de S. Paulo, parece que é justamente a OLP quem mais veementemente se opõe ao acordo. Segundo declaração de seu presidente Yasser Arafat, a única solução para a região é a guerra.

Por outro lado, a Síria, que levou suas tropas para o Líbano quando este foi invadido por Israel, recusa-se a deixar o país, alegando, entre outras coisas, que um acordo com o governo judeu poderia provocar divisões no mundo árabe. Contudo, Itzhak lembra que a união entre esses países é fictícia, já que estão em constantes conflitos. Recentemente, o Primeiro-ministro libanês Shafiq Wazam afirmou que "se a Síria quiser ajudar-nos está na hora de ir embora. Isso porque sua retirada apressaria a saída de Israel, fazendo diminuir a tensão local e eliminando o perigo de um confronto entre as duas forças, o que certamente seria danoso para eles".

Outra alegação do governo sírio é que Beirute está sofrendo pressões para aceitar o acordo. Acerca disso, Itzhak diz que o Líbano está inteiramente a favor dele pois o parlamento e o governo o aprovaram unanimemente. Há inclusive um "consenso de que o Líbano não deve servir de base a nenhuma atividade hostil a Israel".

"Deve-se esperar", conclui Itzhak, "que este acordo sirva de base para uma compreensão cada vez maior entre Israel e o Líbano, entendendo assim, o processo de paz — iniciado em Camp Davi — a todos os nossos vizinhos". (Sandra Fernandes)

Planejamento familiar

Feminismo quer liberdade e não controle estatal

Planejamento familiar ou controle de natalidade? A comissão parlamentar de inquérito sobre o aumento populacional em andamento no Congresso abre espaço para a retomada da questão. Torna-se necessário, antes de tudo, esclarecer a sociedade quanto às diferenças fundamentais entre uma coisa e outra. Sobretudo, deve ser definido se o controle ou o planejamento compete ao Estado ou à Sociedade. O controle de natalidade requer uma política estatal que determine o número de filhos que se deve ter. Já o planejamento familiar poderia ocorrer tanto sob a forma de política do Estado quanto sob a gestão da própria Sociedade.

O movimento feminista é contra o planejamento familiar ligado a uma política de natalidade, quer seja para diminuir ou aumentar a população. Para a professora Mireya Suarez, do grupo feminista Brasília Mulher, "planejamento familiar deve ser desvinculado da procriação biológica pois ter ou não filhos está ligado à realização pessoal e à felicidade. A opção deve partir da unidade familiar e não de uma necessidade política que está fora dela".

Planejar a família, segundo esta nova concepção, passa necessariamente pela liberdade de escolha. Os processos autoritários de controle populacional são vistos como um jogo de poder que não leva em conta o bem-estar social, vindo na população apenas o caráter de força de trabalho que deve ser controlada. Isto não implica em que o Estado fique omissivo, pois a liberdade de escolha está submissa à criação de condições por ele para que possa ser exercida.

FALÁCIA

Para Mireya, a classe média já possui mecanismos que possibilitam o tipo de planejamento familiar proposto, só que tem que pagar por ele. O Estado teria que criar um dispositivo informativo de saúde e

planejamento para quem quisesse, permitindo que as classes desprivilegiadas pudessem escolher o número de filhos. Frisou que não se trata somente de definir o número de filhos mas principalmente de orientação no sentido de que possam realizar-se como pais.

Ela considera falaciosa a afirmação de que a classe pobre não possui consciência quanto ao número de filhos que deva ter. Antes, o que ela não tem é a liberdade para planejar a composição de sua família e os meios para tornar prática a escolha do número de filhos. "Ninguém colocaria no mundo, de bom grado, um filho que não pudesse sustentar. O que está implícito na ideia de que pobre gosta de ter filho é o preconceito social da classe média".

Setores conservadores da sociedade creem que por trás da ideia de controle de natalidade e planejamento familiar está a luta pela legalização do aborto. Ao contrário do que se veicula, o feminismo não é a favor do aborto e sim considera a sua legalização um mal necessário. Deve-se legalizar o aborto porque ele já é um fato «caro, perigoso e de grande violência psíquica» e só a sua legalização tornaria possível a luta contra o alto índice de irresponsabilidade que sua prática ilegal ocasiona. Da forma como é praticado no Brasil, que é o país onde ocorre o mais alto número de abortos no mundo, não há como denunciar a violência dos abortos precários e sem o mínimo controle que causam lesões irreversíveis e até a morte das mulheres que se submetem a eles.

Quanto a posição masculina no que diz respeito ao planejamento familiar, Mireya citou pesquisa recente realizada na Grande São Paulo que mostra que do ponto de vista do homem, o número de filhos é um problema econômico, mas assume uma importância cada vez maior principalmente porque um filho indesejado é incômodo tanto para a mulher quanto para o homem até mesmo sob o aspecto emocional. (Paulenir Constância).

"A maldição do aborto"

«Não se justifica, em nenhuma hipótese, pensar em planejamento familiar ou controle da natalidade no Brasil. Somos um país de dimensão territorial muito extensa, e é público e notório que nós possuímos grandes disponibilidades de áreas ainda por serem habitadas». Esta é a opinião do deputado Jorge Arbage (PDS-PA) sobre os planos do Governo de implantar um planejamento familiar no país.

Jorge Arbage entende que a população brasileira não possui preparo nem técnico, nem psicológico para compreender o significado do que seja planejamento familiar. O seu grande receio é que a aprovação de qualquer projeto oficializando esse tipo de medida possa acarretar, em primeiro lugar, no controle da natalidade e vá desembocar «inapelavelmente na maldição do aborto». E afirmou: «Seja planejamento familiar, seja controle da natalidade, seja aborto são três hipóteses uniformes que ofendem o princípio da lei natural que é o prin-

cípio de assegurar o direito a vida do inocente».

ASSENTAMENTO

O deputado Arbage não acredita que o crescimento populacional brasileiro tenha algum vínculo com o problema do desemprego. Ele defende o assentamento das populações migratórias nos seus lugares de origem propondo uma política nacional, a qual seria conduzida pelo Governo que, como tal, daria toda a infraestrutura necessária para que essas populações vivessem decentemente.

Quanto ao perigo de um controle no crescimento populacional pôr em risco a segurança nacional, o deputado pedetista é de opinião que essa possibilidade é utópica. «Se algum perigo existe, hoje, é o Brasil possuir uma imensa região territorial desabitada». Para ele, o país precisa ocupar o seu próprio espaço, e se não fizer isso agora, amanhã, essas áreas vazias poderão tornar-se uma grande dor de cabeça para as gerações futuras.

(Luiza Modesto)



Planejamento Familiar, controle da natalidade, paternidade responsável, liberdade de escolha, realização pessoal, melhoria de vida, ocupação de espaços etc. Os argumentos para justificar estas medidas são muitos e se confundem. Porém, todos convergem para um ponto comum: a questão do aborto.

Senadora pede ação do Estado

Um extenso programa de planejamento familiar, que se estenda de norte a sul do país, visando especialmente incorporar o conceito de "paternidade responsável" ao acervo cultural da população. Essa é a solução proposta pela senadora pedetista, Eunice Michiles, do Amazonas através de projeto de lei, para a complexa e polêmica questão do controle da natalidade que hoje ocupa significativo espaço na pauta das discussões políticas.

segundo a senadora, o conceito de "paternidade responsável" abrange basicamente a conscientização que um casal possa ter de suas reais possibilidades morais e materiais de gerar e educar convenientemente seus filhos. Ela enfatiza ser o aborto uma das consequências mais diretas da falta dessa conscientização, pois a alta cifra de 1 milhão de abortos praticados anualmente no país segundo ela, é o resultado da sonogação de informações e de meios de instrução educativa à mulher. «Nenhuma mulher recorre ao aborto por prazer», diz Michiles.

Para Michiles, um alto índice de nascimento em ambientes subdesenvolvidos gera um contingente populacional pouco qualificado para o trabalho e de baixa produtividade. Reforça seu argumento dizendo que o principal fator para o desenvolvimento de um país é a falta de capital humano. E

é justamente esse capital humano que a senadora critica veementemente em seu discurso no Senado no último dia 28 de abril. Segundo ela, as diversas consequências da explosão demográfica justificam, por si mesmas, a necessidade da implantação em todo o país de um amplo programa de planejamento familiar.

Os efeitos destas consequências — a mortalidade infantil, desnutrição, educação precária, desemprego, má distribuição de renda — seriam os agentes causadores dos principais problemas do atual capital humano do país. Dentre todos esses efeitos, Eunice Michiles, da mais ênfase à dis-

Badaró: prêmio a quem tiver menos filhos

O senador Murilo Badaró (PDS-MG) concorda inteiramente com a ideia do Governo brasileiro de implantar um planejamento familiar no Brasil. Na sua opinião, este é um assunto mais importante que o país tem que enfrentar. «O crescimento populacional não se resolve apenas cuidando das grandes cidades, na tentativa de eliminar as razões do fluxo migratório».

Murilo Badaró entende que o problema do crescimento populacional deve ser resolvido a partir do planejamento familiar, do problema da educação e da fixação do homem à terra por meio de uma profunda reforma fundiária. Na sua opinião, o Governo deve, concretamente, partir para um planejamento familiar com uma política definida de orientação à população, criando estímulos e dando incentivos para que as pessoas diminuam o número de filhos, para ele, «seria o caso até de premiar casais que gerassem menos filhos». O planejamento familiar, dessa forma, estabeleceria uma política de orientação aos casais para planejarem sua família em função de sua capacidade de trabalho, das suas necessidades e dos seus recursos.

PLANEJAMENTO

Badaró defende a implantação de um planejamento familiar mesmo concordando que o «Brasil só ocupou, até agora, uma parte do seu território». Ele também é adepto da corrente que acredita que uma diminuição do crescimento populacional no país, melhoria o nível de vida dos brasileiros que moram nas cidades, explicando que sobriam recursos para se fazer novos investimentos.

Em relação à ocupação de espaços vazios, o senador Murilo Badaró entende que a ocupação de áreas desabitadas só se faz compulsoriamente, na Rússia, mandando levas de migrantes para a Sibéria. E que num regime democrático, como o do Brasil, existem outras maneiras de se fazer a ocupação.

(Luiza Modesto)

tribuição de renda. Para ela, a principal causa da má distribuição de renda no país reside na impossibilidade de acesso das classes mais pobres às informações e aos recursos para controlar sua fertilidade.

Esta carência de informações de controle aumenta as desigualdades patrimoniais entre os indivíduos dificultando uma realista distribuição de renda, pois, a seu ver, bons salários pressupõem mão-de-obra qualificada e a medida que aumenta cada vez mais a oferta de mão-de-obra a tendência é cair o salário.

(Marcelo Gonçalves Vieira)



Eunice Michiles: "Paternidade responsável"

DIÁLOGO

TV por cabos, uma proposta alternativa

Cristina Gutemberg

Há alguns anos atrás a audiência das três maiores cadeias de televisão dos Estados Unidos era de 90%, uma fatia que hoje caiu para 77%. A grande responsável por isso é a televisão por cabo, ou cabodifusão, como também é conhecida e que começa a disputar, acirradamente, a preferência do telespectador. Isto porque oferece algumas vantagens: permite uma gama maior de canais — a televisão via ar oferece no máximo 12 canais, a por cabo, 80 canais diferentes; a qualidade de imagem é melhor, pois não existe interferência; não existem intervalos comerciais; e o que é mais importante: permite o feed-back, ou seja, o telespectador pode interferir na concepção da programação sugerindo programas e reportagens que gostaria de ver.

Mas, como funciona essa televisão por cabo?

Uma grande antena recebe os sinais televisivos vindos de longas distâncias e os redimensiona até uma estação de controle, onde são amplificados e quando apresentarem interferências serão corrigidos. Dessa estação eles seguem por cabos aéreos que percorrem as ruas sobre postes, ou por cabos subterrâneos ao lado das linhas telefônicas ou de eletricidade.

Nestes cabos estão contidos amplificadores que, em intervalos pré-determinados vão consolidar os sinais. Uma linha, que sai do cabo principal, vai até as casas dos assinantes, que ligam seus aparelhos a esses terminais.

Esses cabos que ligam as centrais às casas são os chamados cabos coaxiais, compostos de fibras magnéticas, que no Brasil, possivelmente serão substituídos pela fibra ótica, uma tecnologia pesquisada pelo Centro de Pesquisas da Telebrás em Campinas e que apresenta algumas vantagens: não sofre influência ótica, nem interferência eletromagnética e é de custo infinitamente mais barato que os cabos coaxiais.

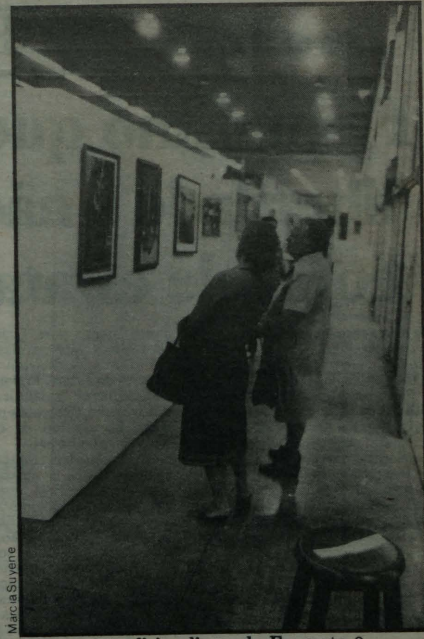
No Brasil, o processo de discussão da implantação desse serviço já tem quase 10 anos e, atualmente, encontra-se parado.

Em 1974, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresentou um projeto experimental para a implantação da TV por Cabo, em uma comunidade do interior do estado, visando o desenvolvimento de tecnologia nacional para o equipamento e oferecer subsídios para uma criteriosa elaboração da legislação. O projeto foi vetado pelo Ministério das Comunicações em detrimento do interesse de empresas privadas (Rede Globo, Diários Associados e um pequeno grupo de Campinas liderado pelo médico Altair José Câmara apoiado por um grande grupo econômico) que já haviam elaborado sigilosamente, junto com o major Jorge Pequeno Vieira, Secretário de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, um regulamento para o Serviço de Cabodifusão, que seria aprovado tão logo essas empresas tivessem concluído seus planos.

Na verdade, o interesse desse grupo em monopolizar o serviço de Cabodifusão ultrapassava o âmbito do domínio desse serviço. A partir dos cabos que eles utilizariam para a implantação da rede, estariam caminhando para o domínio da telemática, uma vez que ela se utilizaria desses mesmos cabos. A telemática é a junção das atividades de telecomunicação com as da informática.

Essa posição do Ministério gerou a mobilização de áreas universitárias, segmentos do Congresso, militares e imprensa que, através de pressões, levaram o Governo a alterar sua estratégia, estabelecendo novas diretrizes: a instalação passaria a ser feita pelo setor público e o controle das estações caberia a essas empresas. Uma atitude que diminuiu a euforia dos futuros candidatos a esse empreendimento, pois os seus objetivos monopolistas foram barrados.

Mas as grandes empresas continuam ativas e cabe, novamente, à sociedade civil permanecer atenta.



A pintura e a escultura bem organizadas mostram o tradicionalismo da Expoarte 8

Expoarte 8: igual a todas as outras

Um momento de reflexão. Com esta proposta os CAs da Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Comunicação e História, contando ainda com a participação do DCE-Livre da UnB, promoveram, de 23 a 27 de maio, a EXPOARTE 8. A mostra dá continuidade a um trabalho desenvolvido desde 1976 e que pretende levantar a bandeira da discutida produção cultural de Brasília.



A programação da Expoarte abrange todos os tipos de manifestações artísticas. Como não há seleção dos trabalhos o espaço é livre. Neste ano, pode-se encontrar na mostra projetos de sinalização visual, cartuns, fotografias explorando paisagens como os Andes, gravuras surrealistas incorporando formas femininas a árvores e vegetais, indo do erótico até a natureza morta. O índio esteve presente, também em quadros, retratados em tons de verde e amarelo. Camisas pintadas à mão — em um trabalho que chamava a atenção de muitos que passavam — formaram uma bela pirâmide presa ao teto.

A poesia não foi esquecida. Diversos poemas expuseram seus trabalhos, geralmente dependurados, como se estivessem em vãos, ou colocados em painéis, ou mesmo no chão. Houve até quem dissesse ter encontrado o verdadeiro rosto de Brasília — Nicholas Behr — que por sinal era o dele. Crítico contumaz da Expoarte, Nicholas apresentou um trabalho pobre e sem significação. Cerâmicas, esculturas em madeira e pedra-sabão podiam ser vistas logo na sala de entrada da exposição.

A Expoarte 8 trouxe ainda uma novidade a Rádio Expoarte. Ela

emitiu sinais apenas para as alas norte e sul do Minhocão. Mas, como diz o representante do CA da Comunicação, Carlos Alberto de Almeida, o Beto, «a Rádio Expoarte foi apenas o primeiro passo no sentido da implantação definitiva da Rádio Universitária». Para Beto, atualmente é necessária uma rádio preocupada com a cultura, ao contrário das outras emissoras AM. Inclusive, foi levada ao ar, através da Rádio Expoarte, na quarta-feira, dia 27 uma entrevista com o vice-reitor, Luiz Otávio Souza Carmo. «Esperamos uma resposta definitiva da reitoria — diz Beto — para podermos agir efetivamente no sentido de colocar a Rádio Universitária no ar».

IMPRESSIONES

Para o público que compareceu à Expoarte 8, em geral a mostra agradou. Arthur Lima, aluno da Educação Artística achou a mostra interessante. Entretanto, «as criações deveriam ser mais audaciosas, mais inovadoras», afirma. Já o Diogo, da Comunicação, disse ter gostado muito do que viu. «Tem de tudo aqui. Como todo o tipo de arte é importante a inexistência de preconceitos. Há desde sexo até quadros realistas e subjetivos. Muito bonita a exposição». Maria Batista, da

Economia, foi outra que gostou dos trabalhos da Expoarte. «É a primeira vez que venho aqui. Mas acredito que a nossa cidade está precisando de iniciativas como essa. A variedade artística é muito grande. Você vê camisas ao lado de quadros realistas e, no painel ao lado, pinturas surrealistas. Isso é muito bom porque nos dá uma visão geral da arte».

CRÍTICAS

Amada por alguns, questionada por outros, a Expoarte sempre levanta críticas e venerações. Pessoas ligadas à arte em Brasília criticaram na Expoarte 8 o formalismo estético, a disposição tradicional da mostra. Glória, aluna da Arquitetura participante da organização da mostra, disse que os próprios artistas poderiam dispor suas obras do modo que quisessem. Ela afirma que eles foram avisados desse detalhe. No entanto, apenas alguns se dispuseram a organizar (ou desorganizar) seus trabalhos.

Na verdade, o que se ouve por parte dos organizadores da Expoarte é uma reclamação constante quanto à falta de interesse dos artistas e da comunidade estudantil na promoção do evento. A arte não é um fim em si mesma. Ela é uma manifestação estreitamente ligada ao momento sócio-político-econômico e, justamente por essa nuance cultural, deve ser discutida e refletida, tanto pelos produtores como pelo público. Entretanto, a discussão sem o efetivo conhecimento e participação no processo de realização, cai quase sempre na crítica estéril. Um passo importante para a análise da Expoarte e a busca de seus caminhos mais vanguardistas seria a constante revisão, ano a ano, do que foi feito. Infelizmente a Expoarte não dispõe sequer de um arquivo fotográfico, de depoimentos ou registros dos debates realizados em cada mostra. Este, talvez, seria um modo de fortalecer o movimento: preservando sua memória para não cair em erros já cometidos. (Idelson Alan).

TURBO

Transporte coletivo poderá usar o álcool

As turbinas utilizadas nos mais modernos automóveis de Fórmula Um poderão ser aproveitadas em ônibus movidos a álcool. A turbo-alimentação experimentada pelos pilotos como uma forma de aumentar a potência dos carros e consequentemente sua velocidade, é a primeira maneira que os técnicos do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade de Brasília encontraram para reduzir os gastos excessivos de álcool em motores grandes. Esse gasto de combustível, hoje, é tão grande que apenas os usinheiros, fabricantes do etanol hidratado (o álcool utilizado em motores) abastecem seus caminhões regularmente.

Para desenvolver essa pesquisa o Departamento de Engenharia Mecânica firmou convênio com a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério e Indústria e Comércio, de onde vem todo o apoio financeiro. O coordenador do projeto é o professor José Luis Alves da Fontoura Rodrigues.

O estudo quer basicamente descobrir em que condições poderá se dar a economia do combustível, já que é considerado viável pelo próprio pesquisador. A turbo-alimentação não irá necessariamente diminuir o gasto do combustível, mas sim aumentar o seu aproveitamento, fazendo com que o motor utilize melhor o álcool queimado em sua câmara de combustão.

A TURBO-COMPRESSÃO

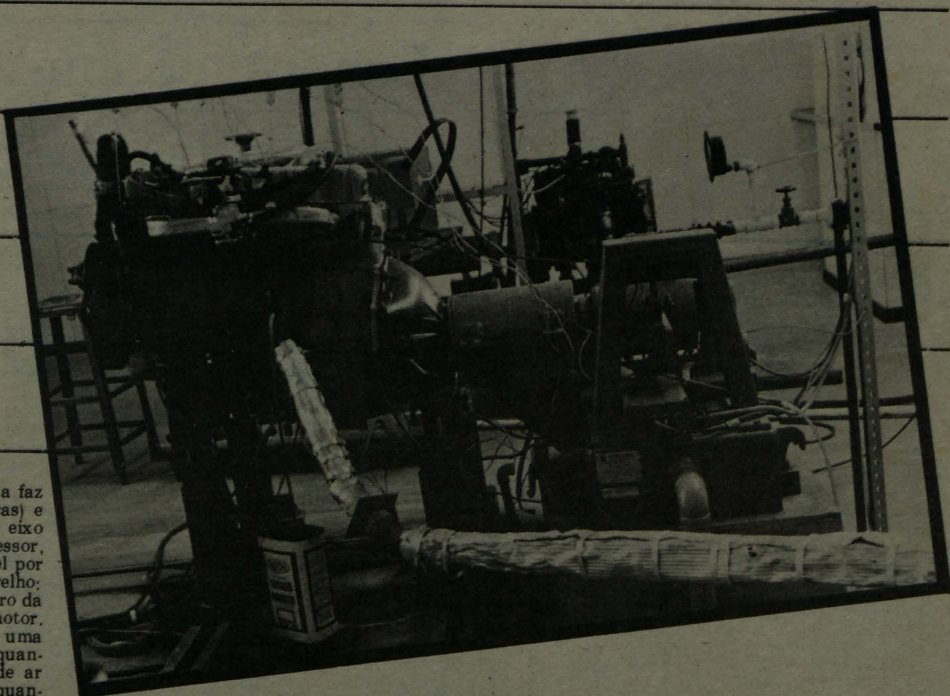
Para começar, coisa que pouca gente sabe, o motor normalmente só aproveita um terço da energia gerada em seu interior, sendo que os outros 70% são simplesmente jogados fora através de calor ou despejado pelo escapamento do carro. Sendo assim, a pesquisa pretende aumentar esse rendimento através do reaproveitamento do gás que é expelido pelo cano de escape. No motor turbinado, ao invés de esse gás ir embora, é reconduzido a uma turbina que transforma em energia de ro-

tação (o mesmo que a água faz nas turbinas das hidrelétricas) e movimenta um eixo. Este eixo aciona um turbo-compressor, que é o grande responsável por todo o objetivo do aparelho: comprime o ar jogado dentro da câmara de combustão do motor. Dentro dessa câmara há uma explosão que depende da quantidade de combustível e de ar injetado lá dentro. Então, quanto mais ar, maior a pressão, quanto maior a pressão, mais forte é a detonação de um pistão com a mesma quantidade de álcool. Esse pistão acionado pela explosão é que vai movimentar todo o motor. O motor normal, para se ter uma idéia, utiliza apenas a pressão atmosférica para fazer essa explosão.

O professor José Luis esclarece que, ao contrário do que se pensa, o motor a álcool não tem mais os velhos problemas de corrosão, resolvido com a cromação da câmara de combustão. Por outro lado não há maiores dificuldades para fazer o motor dar partida. Isso torna, sem dúvida, o motor a álcool muito interessante para os transportes coletivos. Os resultados concretos dessa pesquisa se darão a partir da experimentação em ônibus brasileiros, muito possivelmente da TCB — Transportes Coletivos de Brasília — até o final deste ano.

Atualmente o material — o "kit" — do turbo-compressor é todo importado, já que não se utiliza a turbina em grandes motores no Brasil. A equipe de pesquisa está utilizando a turbina Lacon, vindo da fornecedora Paulinea, São Paulo. Mas segundo José Luis o país está perfeitamente capacitado a construir o similar nacional assim que seja provada a viabilidade da turbina nos ônibus.

A turbo-alimentação deverá ser o processo mais utilizado nos motores. Quanto a isso o professor José Luis é enfático: «O motor turbinado é o motor do futuro. Por outro lado o motor a álcool é perfeitamente viável e encaro o projeto com otimismo, apesar de ser melhor o motor a gasolina», concluiu. (James Allen)



Uma pesquisa, muitas histórias

Qualidade e quantidade são pontos de destaque no desenvolvimento da pesquisa sobre turboalimentação. «A equipe é pequena, mas muito boa, segundo o pesquisador e os alunos (dois por semestre) participam sempre dos trabalhos. Ao lado do professor José Luis Alves, que é o executor do projeto, estão Eisler Ribeiro Mósso e José Ricardo Parisi Negrão. Eisler é um ex-aluno, formado em Engenharia Mecânica e alia a teoria à prática, pois é também na realidade um mecânico profissional. Quanto a José Ricardo, além de professor no departamento, é o responsável técnico do projeto.

A pesquisa sobre turboalimentação tem também sua «pré-história» que foi muito importante na evolução natural dos trabalhos. Tudo começou em 79 com o professor João Nildo de Souza Ribeiro e o esforço consciente para que o Departamento saísse dos seus próprios limites e tivesse uma ligação mais positiva com o mundo exterior e seus problemas.

Aproveitando o começo da era do álcool no Brasil, o Departamento assinou convênio com a STI, pelo qual se tornou um dos muitos centros de apoio tecnológico no país. Seu objetivo principal era o credenciamento de retíficas que poderiam fazer a conversão de motores a gasolina para motores a álcool. Com o passar do tempo essa conversão se tornou desnecessária mediante a fabricação industrial de motores específicos. Mas a STI continua adotando até hoje uma política de incentivo a opções energéticas economicamente

viáveis no transporte urbano e em outros setores.

MUDANÇAS

No início de 1980 João Nildo viajou para a França para desenvolver sua tese de doutorado sobre turboalimentação. Foi substituído pelo professor Antonio Fábio da Silva e o centro tecnológico atinge o auge solidificando o esquema anterior. Em agosto de 81 assume o professor José Luis Alves e em julho de 82 a STI se compromete a financiar a sua pesquisa sobre turboalimentação. A idéia foi proposta com base em tecnologia já existente de motores a álcool. O projeto foi todo desenvolvido no centro tecnológico utilizando motores da GM e turbinas da LAcon (Paulinea-SP). O «kit» — que é o conjunto de peças que permite a circulação do gás do motor para a turbina e do compressor para o motor — foi montado na própria universidade.

Foi em Porto Alegre, no ano de 1974, que José Luis Alves conseguiu a sua graduação em Engenharia Mecânica. Era também funcionário do grupo Gerdau — Siderúrgica Rio Grandense — e trabalhava em manutenção na área de produção e manutenção. Na época o grupo programava uma expansão na área de produção de ferro-esponja, basicamente voltada para a construção civil. Esta expansão era toda baseada na utilização de óleo combustível e com o começo da crise do petróleo, houve o veto do governo. Vinte engenheiros treinados para esta fase foram então demitidos. Entre eles José Luis.

A próxima etapa foi São

Paulo em 1976, onde trabalhou numa indústria de armamentos, a Ingessa. Ali teve a oportunidade de conhecer de perto um departamento de engenharia instrumental e acompanhar o desenvolvimento de projetos desde a sua idealização até a fase de produção, o que foi interessante do ponto de vista da engenharia mecânica em si. Em 1977, entretanto, deixou São Paulo, pois queria praticar a engenharia num lugar com condições mais humanas de vida. Escolheu o sul do país.

Em Santa Catarina encontrou um dos melhores cursos do Brasil onde desenvolveu a sua tese de mestrado. O estudo foi sobre «aplicação de uma técnica nova de Cálculo Numérico na transformação de calor em regime transiente», isto é, regime no qual as variáveis de temperatura se alternam a cada instante de tempo. Paralelamente atuava como professor na universidade.

UNB

Sobre as dificuldades que encontrou pela frente, o professor José Luis destaca duas: primeiro, a escassez geral de recursos para a pesquisa. Mais se poderia fazer se eles fossem compatíveis. Segundo, o peso da estrutura burocrática em geral, o que dificulta sempre todas as atividades. Mas faz questão de ressaltar a atuação de dois elementos no âmbito administrativo e que foram importantes para o bom desenvolvimento do projeto: o chefe em exercício da Assessoria de Planejamento e Controle, Kazuo Kawashita, e a funcionária Romilda. (Luiz Roberto Nader)

I JIU_nBs

Esporte conquista dois mil na UnB

A UnB bota os músculos de fora neste céu de maio. Braços e pernas, para que vos quero agora, se não para competir nesses I JIU_nBs? E

a Universidade comprando camisas, shorts e tênis novos ou retirando do porão das coisas esquecidas o material esportivo que há muito não se usava por aqui. Pelo menos, em tão larga escala não se tem notícia de nenhuma promoção como essa em que AAAUnB, DCE e DAC se congregaram para que a UnB despertasse de seu torpor atlético.

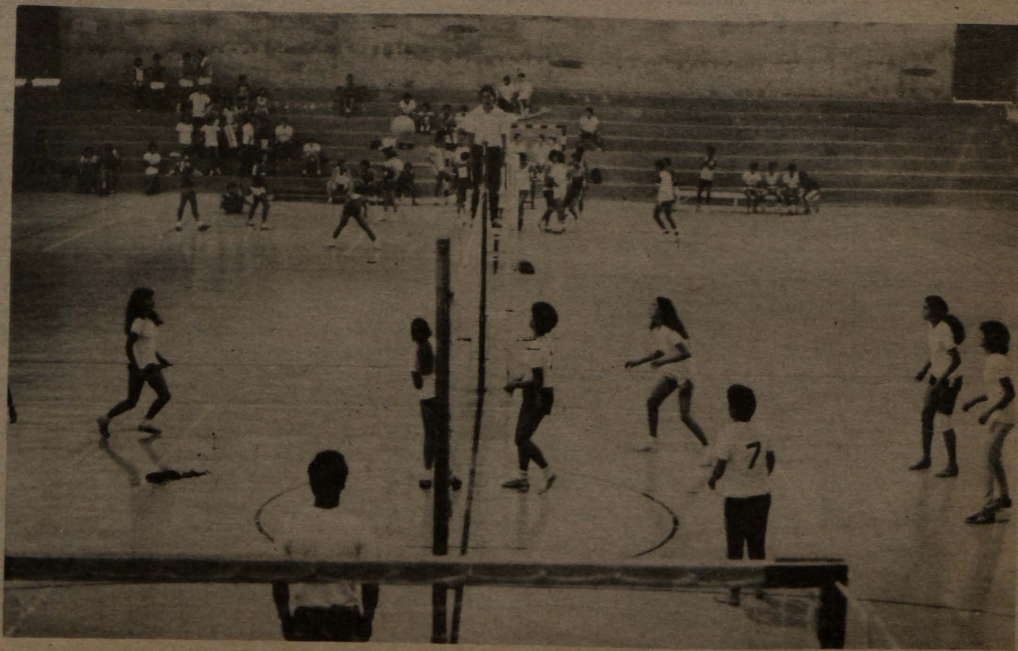
Vitória completa? Não existe vitória completa em casos como este. Aliás, vencer não era o objetivo, afirma Luís Carlos Pimentel, presidente da AAAUnB. «O que se quer é integrar a Universidade através do esporte», acrescenta ele. E reconhece alguns tropeços da organização, como, por exemplo, na confecção das tabelas, onde Engenharia Elétrica e Comunicação, entre outros departamentos, foram esquecidos. A Comunicação, por exemplo, apesar de regularmente inscrita, acabou ficando de fora do futebol-de-campo e foi necessário um sorteio posterior para incluí-la em uma chave.

2000 NA BRIGA

Enganos reparados, sobra ainda espaço para as queixas dos próprios organizadores. O batalhador Diretor da Comissão de Esportes do DCE, Dionísio Klavdianos, diz que esse ainda não era o clima ideal. «Eu queria ver todos participando, se não diretamente, ao menos nas torcidas. Queria que a UnB pegasse fogo», acrescenta. Mas se não há fogo, há pelo menos o suor dos 2.000 participantes estimados pelos organizadores e a animada, porém solitária, charanga da Geologia nos dois primeiros dias de competição. E por falar em Geologia, cadê as pedras raras do time de vôlei feminino do departamento, que não deram as caras nos jogos da fase classificatória? E outra equipe fantasma foi uma certa Química III que, ou não teve tempo de sair da proveta ou achou oito horas muito cedo para jogar futebol-de-salão nas quadras do CO, no último dia 21.

Defecções à parte, a maioria tem vindo, tem respondido presente. E os inevitáveis conflitos entre aqueles que não concordam totalmente com a ideia de que o importante no esporte é competir já vão surgindo. Árbitros impugnados, rifis nas quadras, brigas no tapetão. «Isso era de se esperar», continua o Diretor de Esportes do DCE. E finaliza: «Mas não há de ser por isso que não vamos insistir. Ano que vem tem mais. O que queremos é colocar os JIU_nBs no calendário oficial da Universidade».

(William Santiago)



Fotos de Márcia Suyene